

Lei Nº 1.075 de 01 de Novembro de 2017

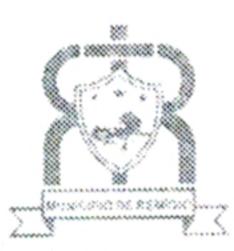
Dispõe sobre criação o Conselho Municipal Cultura e Turismo, e dá outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REMÍGIO – PB, Melchior Naelson Batista da Silva, no uso das suas atribuições Legais e Constitucionais, especialmente a do artigo 71. VIII da Lei Orgânica do Município de Remígio – PB promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal Cultura e Turismo, órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, o qual terá as suas atribuições, competência, estrutura e funcionamento definidos nesta Lei.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Cultura e Turismo:

- I Acompanhar e orientar a Política Cultural do Município;
- II Participar da elaboração o Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientando a sua execução;
- III Incentivar a preservação da memória e a difusão das diversas manifestações culturais do Município;
- IV Dar assistência e densidade a todas as manifestações culturais, assegurando-lhes inteira liberdade;
- V Opinar sobre os pedidos de subvenções ou auxílios de entidades culturais;
- VI Propor medidas que possibilitem a livre circulação de bens e serviços culturais;
- VII Propor e incentivar projetos socioculturais;
- VIII Articular, em parceria com a Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, o desenvolvimento dos programas culturais existentes;
- IX Estimular a produção de conhecimento científico a partir da realidade cultural do Município;
- X Sugerir medidas adequadas de proteção e conservação de obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como de arquivos, museus, monumentos naturais e locais de beleza paisagística;
- XI Incentivar e apoiar, juntamente com a Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, o intercâmbio cultural de grupos artísticos e folclóricos, membros e representantes de associações e demais instituições culturais em feiras, simpósios, congressos e os diversos equipamentos e agentes culturais de outros Estados e Municípios da Federação, bem como outros países;
- XII Incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos Artistas e Produtores Culturais locais;
- XIII Elaborar, juntamente com a Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, seu regimento interno e outras atribuições que lhe competir;



XIV - Acompanhar a execução dos projetos aprovados, promovendo as medidas de transparência das ações desenvolvidas.

Art. 3° O Conselho a que se refere o artigo 1° desta Lei, será composto de 18 (dezoito) membros titulares com seus respectivos suplentes, conforme composição abaixo:

I - 01 representante da secretaria de educação e outro de esportes;

II - 01 (um) representante e respectivo suplente da Câmara de Vereadores;

III- 01 (um) representante e respectivo suplente do artesanato;

IV - 01 (um) representante e respectivo suplente da cultura popular;

V - 01 (um) representante e respectivo suplente das artes cênicas;

VI - 01 (um) representante e respectivo suplente de produção de eventos;

VII - 01 (um) representante e respectivo suplente do audiovisual;

VIII - 01 (um) representante e respectivo suplente de literatura;

IX - 01 (um) representante e respectivo suplente de música;

X - 01 (um) representante e respectivo suplente da cultura dos vaqueiros e afins;

XI - 01 (um) representante e respectivo suplente da dança popular;

XII - 01 (um) representante e respectivo suplente das Escolas Estaduais do Município;

XIII - 01 (um) representante e respectivo suplente de Secretaria de Desenvolvimento Social;

XIV - 01 (um) representante e respectivo suplente da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico;

XV - 01 (um) representante e respectivo suplente da sociedade civil organizada;

XVI - 01 (um) representante e respectivo suplente da Secretaria de Saúde.

XVII- Representante respectivo suplente das Escolas Particulares;

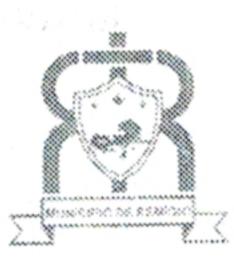
XVIII- 01 (um) representante e respectivo suplente da categoria de pessoas com necessidades especiais.

Art. 4 Na escolha dos membros governamentais do Conselho Municipal Cultura e Turismo, o Prefeito Municipal levará em consideração a necessidade de serem eles representantes das áreas voltadas para as políticas sociais.

Art. 5º Os Conselheiros e respectivos suplentes não governamentais serão indicados à Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, pelos segmentos da sociedade civil organizada, identificados com os movimentos culturais do Município. A escolha realizada por cada seguimento, deve ser em reunião documentada através de ata registrado por fotografias, ou outro meio que comprove que a reunião da escolha dos representantes foi realizada.

Parágrafo único. Esta representação será integrada por pessoas de notório saber, e que de alguma forma, por si ou por entidades da qual pertençam, contribuam para o incremento cultural do Município.

Art. 6° Os membros do Conselho Cultura e turismo terão mandato de 02 (dois) anos, e serão renovados apenas uma vez a cada 02 (dois) anos.



Art. 7° Ocorrendo vaga no Conselho, será nomeado Conselheiro titular o seu suplente, que completará o mandato do antecessor.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos, dentre seus membros, através de voto aberto, e estará eleito aquele que obtiver maioria do colegiado.

Art. 8º A função exercida no Conselho é considerada serviço relevante, não sendo remunerada. No entanto, cabe ao município e a Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico arcar com despesas de transporte, alimentação e recursos financeiros para o cumprimento de suas ações.

Art. 9° O Conselho Cultura e turismo terá sede na cidade de Remígio - PB e realizará reuniões no período e na forma fixados no respectivo Regimento Interno.

§ 1° O Conselho Municipal Cultura e Turismo reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quantas vezes se fizer necessário.

§ 2º O Conselho Municipal Cultura e Turismo terá a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora:

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

III - Secretaria Executiva.

IV - Secretaria fiscal

Art. 10 Compete ao Plenário:

- I Regulamentar, acompanhar e orientar a política cultural e turística do Município;
- II Elaborar o Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientado a sua execução;
- III Propor medidas que visem a melhor adequação sociocultural do homem ao meio, e ao estímulo das iniciativas de caráter cultural;
- IV Articular-se com órgãos Federais, Estaduais e Municipais, com vistas à implementação de ações, projetos e programas voltados às atividades culturais, de modo a proporcionar o desenvolvimento empírico e científico das diversas facetas da cultura local, regional e nacional;
- V Manter intercâmbio cultural com outros entes da federação, e tanto quanto possível, com outras nacionalidades;
- VI Incentivar a produção cultural sem distinções ou preferências;
- VII Indicar representantes em Congressos, comissões de julgamento de competições, concursos oficiais ou oficializados, de caráter cultural;



VIII - Desenvolver Planos ou ações que incentivem ou promovam o levantamento de dados e estudos sobre matérias relacionadas com a vida cultural do Município, com a finalidade de compor o arquivo cultural;

IX - Analisar a execução financeira de festividades e projetos de cunho cultural.

Art. 11 Compete à Mesa Diretora:

- a) Presidência:
- I Presidir as sessões;
- II Exercer a direção do Conselho, ouvido o plenário quando necessário e sempre que implicar na responsabilidade geral do colegiado;
- III Fazer cumprir a legislação que rege as atividades e vida do Conselho;
- IV Aprovar o calendário de sessões plenárias ordinárias;
- V Aprovar a pauta de cada sessão e respectiva ordem do dia;
- VI Distribuir processos aos membros do Conselho;
- VII Exercer no plenário o direito de voto de qualidade, em caso de empate nas votações;
- VIII Dirigir as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, ordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento;
- IX Resolver questões de ordem;
- X Comunicar a quem de direito as decisões do Conselho e encaminhar-lhe as deliberações que impliquem providências;
- XI Designar componentes do Conselho para o desempenho de encargos especiais;
- XII Fazer executar as decisões do Plenário;
- XIII –Em acordo com o Plenário, indicar Conselheiros para, como representantes do Conselho, participar do julgamento de certames de caráter cultural;
- XIV Dar publicidade, pelos meios oficiais, de ato do Conselho ou de súmula de ata de qualquer reunião, desde que contenha matéria de interesse imediato da comunidade;
- XV Deliberar sobre casos omissos no Regimento ad referendum do Plenário;
- XVI Em acordo com o Plenário, representar o Conselho ou delegar poderes a outros Conselheiros para tal;
- b) À Vice-Presidência compete dar assistência à Presidência e substituí-la em caso de ausência;
- c) À 1^a Secretaria da Mesa Diretora, incumbe:
- I Lavrar as atas da reunião do Conselho;
- II Auxiliar o presidente nas questões administrativas e na condução dos trabalhos da sessão, de forma a permitir o bom desempenho das plenárias.
- d) Ao 2º Secretário compete substituir, automaticamente, o 1º Secretário, em seus momentos de ausência.



Art. 12 A Secretaria Executiva será exercida por conselheiros designados pela Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, ficando incumbida de expedir comunicações e deliberações, publicar estas, organizar e manter o acervo documental.

Art. 13 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos especiais que se fizerem necessários ao cumprimento desta Lei, para a cobertura das despesas oriundas da aplicação dos dispositivos nela previstos, bem como, aquelas inerentes à instalação, funcionamento e manutenção do Conselho Municipal Cultura e turismo, que serão realizadas através das dotações orçamentárias da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo Único. A Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico prestará suporte técnico e administrativo para o fiel desempenho de suas atribuições.

Art. 14 Fica autorizado a criação do Fundo de Cultura e Turismo, que será regulamentada por Lei especifica.

Art. 15 Fica autorizado o Poder Executivo realizar convênios e negócios congêneres atinentes ao objeto da presente lei.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Remígio, em 16 de outubro de 2017.

Prefeito Constitucional do município de Remígio/PB.